

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 32 • nº 128
outubro/dezembro – 1995

Editor:

João Batista Soares de Sousa, Diretor

Integração da América Latina em um mundo multipolar

ANDRÉ FRANCO MONTORO

“Para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso”.

“É urgente substituir o isolamento e o conflito pela solidariedade”.

“O verdadeiro desenvolvimento não se conseguirá sem a participação, consciente e organizada, da sociedade civil”.

SUMÁRIO

1. Um mundo multipolar na virada do século. 2. Imperativo histórico da integração latino-americana. 3. Inimigos externos e internos da integração. 4. Algumas lições da história. 5. Experiências de integração da América Latina. 6. O caminho da democracia: social, participativa, pluralista. 7. Conclusão.

1. Um mundo multipolar na virada do século

Há poucos anos vivíamos num mundo bipolar: Estados Unidos e URSS – capitalismo e comunismo. Essa divisão do mundo foi decidida na histórica reunião de Yalta, no fim da guerra, em fevereiro de 1945, em que Churchill, Roosevelt e Stalin traçaram os caminhos do futuro próximo, partilhando o mundo em duas metades inimigas.

Com a queda do Muro de Berlim e a derrubada dos governos da Europa do Leste, a URSS saiu do mapa. Teremos agora um mundo unipolar, sob a direção dos Estados Unidos?

A realidade está mostrando outros caminhos. A perspectiva é de um mundo multipolar. Os países se organizam em torno de grandes blocos regionais. Os países da Europa se unem para formar a poderosa comunidade da União Européia. Estados Unidos e Canadá, com a participação do México (Nafta), formam um segundo bloco. Japão e os chamados “Tigres Asiáticos” constituem um terceiro pólo

André Franco Montoro é Deputado Federal e Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados. Ex-Governador do Estado de São Paulo. Professor de Filosofia do Direito.

econômico. Esses três blocos dominam hoje 80% da economia mundial.

E a América Latina? Continuará dividida em mais de 20 nações isoladas? Será apenas um lugar de negócios dos poderosos? Ou deverá se unir progressivamente no sentido de uma futura Comunidade Latino-Americana de Nações?

Para os latino-americanos a alternativa é clara: integração ou atraso. Por isso, multiplicam-se hoje em todos os países da região, movimentos e iniciativas de cooperação, visando à integração progressiva da América Latina. Por isso, também, significativamente, as novas Constituições dos países da região adotam claramente o caminho da integração. A Constituição Brasileira de 1988, por exemplo, determina imperativamente:

“O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (art. 4º, parágrafo único).

A integração significará para os países da região:

- sua participação no processo histórico de formação de um mundo multipolar, com mais equilíbrio para assegurar a justiça e a paz nas relações internacionais;
- oportunidade de ampliação de seu mercado, com a conseqüente elevação do nível qualitativo e quantitativo de sua economia;
- possibilidade de aproveitamento conjunto dos valiosos recursos naturais e potenciais da região;
- caminho necessário para sua inserção competente e competitiva na economia mundial;
- oportunidade de seu desenvolvimento solidário, no campo cultural, econômico, político e social.

2. Imperativo histórico da integração latino-americana

Diante desses fatos, impõe-se uma conclusão: a integração da América Latina não é apenas a aspiração ou o ponto de vista de alguns grupos. Não é também uma opção facultativa. Ela é hoje um imperativo histórico e caminho necessário para o desenvolvimento econômico, social e político dos países da região e para sua integração competitiva na economia mundial.

Apesar dos obstáculos e das dificuldades que enfrenta, esse processo de integração está em marcha. Por vários caminhos, o antigo isola-

cionismo e a confrontação estão sendo substituídos por iniciativas de cooperação e entendimento, que vão instaurando progressivamente a união dos países latino-americanos.

Várias razões explicam e justificam amplamente esse processo de união. Em primeiro lugar, há uma exigência de maiores mercados para a expansão normal de importantes setores da economia. E a América Latina possui uma população superior a 400 milhões de habitantes. Por outro lado, como vimos, a junção de esforços pode multiplicar a capacidade das instituições e das empresas locais na corrida tecnológica, no aproveitamento de recursos existentes e potenciais, e na solução de problemas comuns. Em suma, a união de esforços e atividades constitui poderoso meio de promoção do desenvolvimento.

Diante desse quadro, as nações da América Latina não podem continuar isoladas, fragmentadas e em atitude de confrontação ou conflito. Sua posição vem se modificando. Na mesma linha da constituição de grandes blocos regionais, elas tomam consciência cada vez mais clara da necessidade de sua união.

Juntas, as nações latino-americanas possuem população, recursos naturais e peso político, que se adequadamente combinados, colocarão a região entre as principais economias mundiais. Separadas e divididas, elas se reduzirão a um conjunto de populações pobres e regimes políticos instáveis.

Cresce, por isso, entre as lideranças e os múltiplos setores da população a tomada de consciência de que a progressiva integração econômica, cultural, política e social da América Latina é uma exigência básica como alternativa para o seu desenvolvimento real. Até mesmo no Brasil, que por suas dimensões continentais, poderia alimentar a ilusão de um crescimento isolado, esse sentimento integracionista é muito forte. Uma pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), em agosto de 1987, aponta os seguintes resultados:

- 88% da população é favorável à participação do Brasil em uma comunidade de países da América Latina;
- essa porcentagem sobe para 91,5% na camada da população mais jovem, entre 14 e 18 anos;
- de forma semelhante, em relação ao grau de instrução, a porcentagem favorável se eleva

de 78%, entre os de educação primária, para 89%, entre os que cursaram o segundo grau, para chegar a 96%, entre os de nível superior de educação.

Em resumo e significativamente, os mais jovens e os de maior cultura são os mais favoráveis à integração latino-americana.

Pesquisa semelhante, realizada pelo Instituto de Pesquisas Demoskopia de Buenos Aires revela que em cada cinco argentinos, quatro são favoráveis à integração. O mesmo sentimento é cada vez mais vivo especialmente na população mais jovem dos países da região.

Com base nos fatos apontados e nas aspirações nacionais, as novas Constituições dos países da região começam a incluir, entre as normas disciplinadoras de suas relações internacionais, o imperativo da cooperação e da integração regional.

Já citamos o artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Brasileira.

A Constituição do Peru, de 1979, em seu artigo 100, fixa essa norma nos termos seguintes:

“El Perú promueve la integración económica, política, social y cultural de los pueblos de América Latina con miras a la formación de una Comunidad Latinoamericana de Naciones”.

Na mesma linha, a Constituição do Uruguai, de 1971, estabeleceu como preceito básico:

“La República procurará la integración social y económica de los Estados latinoamericanos, especialmente en lo que se refiere a defensa común de sus productos y materias primas. Asimismo propenderá a la efectiva complementación de sus servicios públicos” (Sección I, Capítulo 4, Artigo 6).

A nova Constituição Política da Colômbia, de 1991, estabelece no seu artigo 227:

“El Estado promoverá la integración económica, social y política con las demás naciones y especialmente, con los países de América Latina y del Caribe mediante la celebración de tratados que sobre bases de equidad, igualdad y reciprocidad, creen organismos supranacionales, inclusive para conformar una comunidad latinoamericana de naciones. La ley podrá establecer elecciones directas para la constitución del Parlamento Andino y del Parlamento Latinoamericano”.

A Constituição da Venezuela, de 1961, assim dispõe:

“La República favorecerá la integración económica latinoamericana. A este fin se procurará coordinar recursos y esfuerzos para fomentar el desarrollo económico y aumentar el bienestar y seguridad comunes” (Art. 108).

E a Constituição do Equador, em seu artigo 30:

“Propugna también la comunidad internacional, así como la estabilidad y fortalecimiento de sus organismos y dentro de ello, la Integración Iberoamericana, como sistema eficaz para alcanzar el desarrollo de la Comunidad de pueblos unidos por vínculos de solidaridad, nacidos de la identidad de origen y cultura”.

Em conclusão, a integração da América Latina, apesar das dificuldades que enfrenta, não é uma opção teórica ou o sonho de alguns homens, mas, sim, um imperativo histórico e um processo político, econômico, social e cultural que está em marcha.

Essa integração, repetimos, é indispensável para enfrentar problemas cuja solução deve ser encarada de forma coletiva, como o aproveitamento dos recursos existentes na região, o da dívida externa, o da deterioração do preço de seus produtos de exportação, a defesa conjunta diante do protecionismo dos países desenvolvidos e dos capitais especulativos transnacionais, a criação de mecanismos de cooperação na área tecnológica, científica e de complementação econômica, *joint ventures*, ampliação do volume do comércio intra-regional e outras medidas de caráter econômico, político, cultural e social que são de importância fundamental para o efetivo desenvolvimento dos países da América Latina.

3. Inimigos externos e internos da integração

A integração da América Latina foi o velho sonho de Simon Bolívar e de outras grandes figuras de nossa história. Mas sua realização vem sendo difícil. Quais os seus inimigos?

Podemos falar em inimigos externos e inimigos internos da integração latino-americana.

Inimigos externos foram no passado as metrópoles que impuseram às colônias uma política de divisão e cerceamento do seu progresso. Para isso foram empregados meios administrativos, culturais, econômicos e militares, como invasões, ocupações, ameaças, boicotes, bloqueio econômico etc.

Modernamente os processos de dominação são mais sutis e se realizam, principalmente, através de complicados mecanismos financeiros.

Hoje, o inimigo número um do desenvolvimento e integração da América Latina é a dívida externa. Seu montante é atualmente superior a 400 bilhões de dólares. De 40 bilhões em 1973, passou para 450 bilhões em fins de 1992.

Por força das cláusulas contratuais que estabeleceram os chamados "juros flutuantes" – que passaram rapidamente da taxa histórica de 1% para 3, 5, 9, 15, 19 até 21,5% à revelia dos devedores – os países da América Latina foram obrigados a remeter, em 10 anos, de 1980 a 1989, a vultosa importância de 220 bilhões de dólares para países do primeiro mundo. Além disso, outras condições desfavoráveis lhes foram sendo impostas, como a desvalorização de seus produtos de exportação e a política protecionista das nações industrializadas.

O ex-Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger reconheceu a gravidade desse quadro nos seguintes termos:

"No período, a América Latina pagou aproximadamente 235 bilhões de dólares de juros, mas sua dívida aumentou 50 bilhões; uma região subdesenvolvida converteu-se em exportadora de capital, o que constitui uma situação injusta e insustentável".

Em termos aproximados: devia 100, pagou 400 e ficou devendo 500. Como o cidadão que pediu constasse, como epitáfio, em seu túmulo: "Viveu pagando e morreu devendo".

Como conseqüência dessa remessa maciça para o exterior, faltam recursos para o desenvolvimento interno, para obras e serviços de educação, saúde, habitação, geradores de bem-estar e multiplicadores de emprego. Estamos diante de um plano Marshall invertido: são os países pobres que enviam recursos para os ricos.

Em sua visita ao Brasil, em 1991, João Paulo II denunciou essa situação em termos veementes:

"A lógica da dominação cria mecanismos perversos. É preciso que se diga com veemência que a dívida externa de um país não poderá nunca ser paga a custa da miséria e da fome de seu povo".

Por iniciativa do Parlamento Latino-Americano e Europeu, procura-se hoje obter um "ditame consultivo ao Tribunal Internacional de Haia, sobre os aspectos éticos e jurídicos da dívida externa" (*Dívida externa e consulta ao Tribunal de Haia*, p. 32).

Ao lado dos inimigos externos, temos os internos. Inimigos internos da integração são os setores da população latino-americana que ainda alimentam sentimentos de divisão, confronto e desconfiança entre os países da região.

Um exemplo histórico poderá ilustrar esse sentimento. Num Congresso Internacional da Democracia Cristã realizado em São Paulo, em 1957, o representante do Brasil, Clóvis Garcia, condenou em seu discurso a compra de um porta-aviões pelo Governo brasileiro, apontando razões para essa condenação. Seguiu-lhe com a palavra o delegado argentino. Lembrou este que, levantado o problema, seu país tratou da compra de seu porta-aviões, mas com a cláusula de que ele seria entregue alguns meses antes da entrega do navio brasileiro. Falou a seguir o senador chileno, Thomas Reyes, que lamentou: "A desgraça continua; para nós, chilenos, não importa que o Brasil tenha ou não porta-aviões, mas a compra do porta-aviões argentino está levando setores da administração chilena a procurar os meios de adquirir a nova arma". Parece pilhéria, mas a história continua. Levantou-se a seguir o representante do Peru, senador Hector Cornejo Chavez, que disse coisa semelhante: "a nós não importa que o Brasil ou Argentina tenham porta-aviões, mas se o Chile adquirir um, o Peru fatalmente fará o mesmo". E, em reforço de sua afirmação, acrescentou: "Há algumas semanas, o jornal de maior circulação no país publicou a seguinte manchete: ALERTA, PERUANOS! O CHILE SE PREPARA PARA COMPRAR UM PORTA-AVIÕES!"

Propaganda certamente paga pelos vendedores de porta-aviões de segunda mão para países do Terceiro Mundo. E, como são mais de vinte os países da região, a continuar essa tendência, poderíamos definir a América Latina como um conjunto de países subdesenvolvidos cercado de porta-aviões por todos os lados... Até a Bolívia poderia ser convencida da conveniência de adquirir um porta-aviões para defendê-la de bombardeios aéreos no lago Titicaca...

Felizmente, esses sentimentos de desconfiança e hostilidade, com 20 fronteiras fechadas, 20 moedas introcáveis, 20 programas separados, o isolacionismo, a indiferença e o confronto estão sendo progressivamente substituídos por um comportamento de aproximação, entendimento e cooperação. Barreiras e desconfianças vêm sendo superadas. Cresce cada dia o sentimento de solidariedade. "Soy latino-americano". "Meu

irmão, meu amigo”, cantam as músicas mais populares da região.

4. *Algumas lições da história*

Apesar das dificuldades externas e internas, o processo de integração da América Latina segue seu curso.

Além dos movimentos de aproximação no passado, mais recentemente diversas iniciativas vêm sendo tomadas, como a da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, substituída em 1980 pela ALADI, Associação Latino-Americana de Integração. Por força do Tratado de Montevideo, de 1980, a ALADI passou a ter objetivos imediatos mais modestos, mas mantendo como meta a longo prazo o estabelecimento de um mercado comum e o entendimento latino-americano. Em 1969 se constituiu o Pacto Andino. A América Central promove seu mercado comum e seu Parlamento. Em 1975, mediante o convênio do Panamá, foi constituído o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Em 1964, é constituído o Parlamento Latino-Americano, que foi institucionalizado em 1988. Em 29 de março de 1991, o Tratado de Assunção instituiu o Mercosul – a mais significativa experiência inicial de integração – que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995, unindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai num mercado comum. A história desse longo processo nos permite tirar algumas lições.

Assim, em primeiro lugar, a experiência mostra que a integração da América Latina não será feita através de planos grandiosos e faraônicos, como foi pretensão da ALALC de estabelecer por decreto uma ampla região latino-americana de livre comércio. Pelo contrário, é através de medidas e projetos mais modestos, concretos e realistas que a união regional será progressivamente alcançada.

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que essa integração não poderá ser feita apenas pelos organismos governamentais, mediante tratados, acordos e entendimentos oficiais. Impõe-se a participação dos diversos segmentos da sociedade civil: empresários, trabalhadores, igrejas, mundo político, universidades, institutos de pesquisa e tecnologia, jovens, mulheres, artistas, meios de comunicação, esportistas etc. A integração da América Latina não será obra dos governos, mas de toda a sociedade.

Uma terceira lição a tirar das experiências feitas é que a integração não pode se limitar ao campo do comércio intra-regional, à exportação

e importação de bens e serviços. Há, além disso, obras de integração física que devem ser realizadas no setor dos transportes – fluvial, ferroviário e rodoviário – no setor de energia, como a integração de sistemas elétricos, o fornecimento intra-regional de gás natural, do petróleo e muitos outros. E, sobretudo, além da área econômica, o processo de integração deve estender-se a três grandes campos: 1) à área cultural; 2) à área política e jurídica; e 3) à área social.

E, finalmente, em lugar da expectativa de grande ajuda e recursos externos, é preciso que os países da América Latina, sem desprezar a cooperação externa, tomem consciência de que cabe a eles promover seu desenvolvimento, aproveitar melhor os seus próprios recursos e as potencialidades da região. Os recursos existentes apresentam notáveis possibilidades de utilização, mas têm sido lamentavelmente esquecidos e mal aproveitados. Como diz Aldo Ferrer “temos que contar com o que é nosso”. O desenvolvimento e integração da América Latina é tarefa dos latino-americanos. Ninguém vai resolver nossos problemas, senão nós mesmos.

5. *Experiências de integração da América Latina*

Dentro dessa perspectiva mais realista e num quadro amplo, estão sendo dados passos importantes em todas as áreas, mediante a criação de entidades ou realização de medidas voltadas para o desenvolvimento e integração da região.

Assim, na área econômica podem ser citados, entre outros:

- a CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, com sede em Santiago, Chile, organismo vinculado à ONU, destinado ao estudo da economia latino-americana;
- a ALADI, Associação Latino-Americana de Integração, com sede em Montevideo, que, a partir de 1980, por força do Tratado de Montevideo, substituiu a ALALC; promove a formação de uma área de preferências econômicas na região, sendo seu objetivo final o estabelecimento de um mercado comum e a integração latino-americana;
- o SELA, Sistema Econômico Latino-Americano, com sede em Caracas, integrado por 25 Estados-Membros e destinado a concertar posições comuns e impulsionar a cooperação econômica e social da região;
- as experiências de integração sub-regional do Grupo Andino (Pacto Andino e seu

Parlamento), da América Central (Mercado Comum e Parlamento Centro-Americano), da Comunidade do Caribe e outras;

- o Tratado de Cooperação e Desenvolvimento entre Argentina e Brasil, de 29 de novembro de 1988, acompanhado de acordos de cooperação com o Uruguai e aberto à progressiva participação dos demais países. O Tratado se estende a dezenas de Protocolos que estabelecem acordos sobre complementação econômica e alimentar, empresas binacionais, biotecnologia, fundos de investimento, energia, transporte, siderurgia, moeda, cooperação nuclear, cultural, fronteiras; esse Tratado constituiu importante passo para a integração continental e a formação do Mercosul;

- o Tratado do Mercosul (Assunção, 26 de março de 1991), que cria condições para o estabelecimento de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, depois de consolidada uma zona de livre comércio e uma união aduaneira. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 1995;

- a criação de uma moeda escritural binacional, o "Gaúcho", lançada pelos Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín para substituir o dólar nas trocas de bens e serviços e a proposta de criação de um "Fundo de Reservas Latino-Americano" formulada pelo SELA, com base na experiência positiva do Fundo Andino de Reservas;

- o projeto em desenvolvimento da Hidrovia Tietê-Paraná, indo de São Paulo a Buenos Aires, já em atividade extensiva aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná e próxima extensão ao Paraguai e aos demais países do Cone Sul (*A água é a riqueza mais importante e fator de integração da América Latina*, p. 25);

- o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, com a extensão de 3.300 km, unindo cinco países do Cone Sul: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina, e Uruguai;

- e o projeto maior de ligação das bacias do Prata, Amazonas e Orenoco – Hidrovia Sul-Americana – numa extensão de 10 mil quilômetros, que permitirá, através de canais e eclusas, a integração fluvial do continente;

- no tocante ao transporte rodoviário e ferroviário: além de vários projetos, a eliminação de barreiras entre países latino-americanos e complementação plurimodal, especialmente com o transporte hidroviário, ferroviário e rodoviário;

- no campo da energia – especialmente no tocante à eletricidade, petróleo e gás natural

– vêm sendo realizados entendimentos e acordos parciais que devem se encaminhar para a elaboração de um programa latino-americano de energia (pesquisa e utilização racional), incluindo o petróleo, a energia elétrica, o gás natural, a biomassa, a energia nuclear, eólica, solar etc., capaz de assegurar a *autosuficiência energética da América Latina*. Na área da integração cultural, estão em andamento, entre outros, os seguintes projetos e/ou realizações:

- ensino obrigatório do idioma espanhol no Brasil e do português nos países de fala espanhola;

- livre circulação de produtos culturais: filmes, vídeos, cassetes;

- revistas, artigos, estudos e publicações dedicados a problemas da América Latina ou suas sub-regiões;

- instituição de uma Universidade de Integração da América Latina;

- formação do Instituto Latino-Americano e da Casa da Cultura Latino-Americana, com sede em São Paulo;

- criação do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo;

- elaboração de uma história da América Latina escrita por historiadores de todos os países da região;

- abertura de nova área de Mestrado e Doutorado especializada em problemas da América Latina, em Universidades da Região, já em funcionamento na USP – Universidade de São Paulo, UnB – Universidade de Brasília, Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade de La Plata, Universidade de Buenos Aires, Argentina, Universidade Central do México, e outras;

- festivais de música e artes típicas da região e, especialmente a recente elaboração de uma canção latino-americana com letra em quatro idiomas: espanhol, português, nagô-africano e tupi-guarani;

- aprovação, por concurso ou consenso, de uma bandeira oficial e música da América Latina;

- formação de uma Orquestra Sinfônica da Juventude Latino-Americana para promover a integração através da música.

Na área política e administrativa, podem ser mencionados:

- o Parlamento Latino-Americano, instituído em 1964 e fortalecido com o retorno dos regimes democráticos na região; foi institucionalizado pelo Tratado de Lima (1987) firmado por representantes plenipotenciários de 18 países (Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Venezuela); prevê-se a futura eleição direta de seus membros pela população de cada país; sua sede permanente já está instalada em São Paulo, junto ao Memorial da América Latina;
- o Parlamento Andino, o Parlamento Centro-Americano, o Parlamento Amazônico e, mais recentemente, a Comissão Parlamentar do Cone Sul, em nível sub-regional;
- o Grupo do Rio, ou Grupo dos Oito, mecanismo permanente de consulta e de concertação política, de nível ministerial, formado inicialmente por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela; de caráter informal e sem um procedimento rígido, o Grupo do Rio vem realizando freqüentes e importantes reuniões entre os Ministros das Relações Exteriores e, em momentos importantes, entre os Presidentes das principais nações da América Latina; tem realizado também reuniões com Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Européia: Nova York (1987), Hamburgo (1988), Nova York (1988), Granada (1989), Roma (1990), São Paulo (1994);
- os trabalhos de cooperação regional no sentido do aperfeiçoamento e modernização dos órgãos e serviços da administração pública;
- a elaboração de um Código de Ética dos Governantes e Administradores da América Latina;
- os estudos sobre o ordenamento jurídico do Mercosul, que vêm sendo realizados em dois níveis: o de institucionalização de seus órgãos e o de harmonização das legislações, especialmente no campo trabalhista, previdenciário, aduaneiro, tributário, direito das pessoas, do meio ambiente, do consumidor etc;
- movimentos e instituições em defesa da democracia, da cidadania e dos direitos humanos no Continente.

Na área social, podem ser mencionadas inúmeras iniciativas como:

- os movimentos conjuntos em defesa do meio ambiente, especialmente da Amazônia e do

Pantanal, com ampla participação de entidades ambientalistas não-governamentais;

- programas regionais de saúde, educação, alimentação e habitação popular;
- centros latino-americanos de aperfeiçoamento profissional e administração do trabalho, como o CIAT (Centro Interamericano de Administração do Trabalho), PREALC (Programa Regional de Emprego da América Latina e Caribe), o CINTERFOR (Centro Interamericano de Formação Profissional);
- associações, federações e confederações latino-americanas de trabalhadores, profissionais, empresários etc;
- movimentos de jovens, e especialmente a formação da Juventude Latino-Americana pela Democracia, JULAD (1992);
- movimentos de mulheres, e especialmente a formação da União Latino-Americana de Mulheres, ULAM (1993).

Esses projetos e realizações vêm sendo apoiados por numerosas instituições governamentais e não-governamentais (ONGs) de nível nacional, regional e internacional.

Destacam-se nesse apoio a Comunidade Européia, o Parlamento Europeu, o Instituto de Relações Europa – América Latina (IRELA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Associação Européia de Estudos Sociais (ASSLA), além de fundações e universidades européias, americanas e japonesas.

6. O caminho da democracia: social, participativa, pluralista

A força do atual desenvolvimento do processo de integração da América Latina tem sua origem no avanço democrático na região. Caíram as ditaduras, com sua pretensão de hegemonia e naturalmente contrárias à integração. Torna-se cada vez mais claro que o regime democrático é o caminho insubstituível para a integração e o efetivo desenvolvimento dos países da região. É a confirmação do grande ensinamento de Maritain:

“Apesar de suas imperfeições e de seus limites, a democracia é o único caminho por onde passam as energias progressivas da história humana”.

As experiências autoritárias e ditatoriais do passado recente foram economicamente desastrosas e socialmente insuportáveis. Deixaram uma dívida externa escandalosa, graves violações de direitos humanos e aprofundaram desigualdades sociais inadmissíveis.

A defesa ativa e permanente da democracia, no momento difícil e delicado por que passam quase todos os países do Continente, é uma preocupação geral. Não se trata de voltar ao passado e estabelecer uma democracia apenas formal e representativa. A democracia moderna que se procura construir, além de representativa, procura ter três características fundamentais: ser social, participativa e pluralista.

O povo tem direito de escolher seus representantes nos legislativos e nos executivos. As eleições livres, o estado de direito, o respeito aos direitos da pessoa humana, a legitimidade e definição das prerrogativas dos poderes constituídos caracterizam a democracia *representativa*, que deve ser preservada e aperfeiçoada.

Mas, além de representativas, as democracias latino-americanas precisam ter acentuado caráter *social*, isto é, precisam corrigir as graves desigualdades e injustiças sociais, que marcam dramaticamente a região, e dar prioridade, não a obras e empreendimentos suntuários, mas ao atendimento das necessidades básicas da população, como a alimentação, a educação, a saúde, a habitação, a preservação do meio ambiente e, sobretudo, a criação de empregos e oportunidades de trabalho.

A *participação* organizada da população no processo de desenvolvimento e na solução de problemas coletivos é outra exigência essencial da democracia, especialmente em nosso continente marcado pelo centralismo autoritário e personalista. É importante que setores cada vez mais amplos da sociedade civil passem da posição de espectadores passivos à de agentes participantes das soluções e medidas que atendam a suas necessidades. Passem da posição de "súditos" para a de "cidadãos". A população local e os diversos segmentos da sociedade conhecem melhor seus problemas e soluções, por isso, a substituição do "centralismo" pela "descentralização", do "autoritarismo" pela "participação" organizada da comunidade é fator insubstituível de desenvolvimento real e bem-estar social. Cidadania não consiste apenas em ter direitos, mas também e principalmente em assumir responsabilidades.

Finalmente, num Estado moderno, a democracia deve ser *pluralista*. O pluralismo é um dos grandes valores e conquistas da civilização e da cultura. Pluralismo significa, de um lado, o respeito às opiniões e pensamentos divergentes e, de outro, o reconhecimento da multiplicidade de organizações, interesses e forças da

sociedade, como os chamados grupos intermédios: a família, a escola, a empresa, o partido, as associações, os grupos e movimentos sociais. O pluralismo é uma decorrência da liberdade e o reconhecimento prático de que ninguém é dono da verdade. A democracia reconhece e respeita as tendências e os interesses opostos e procura chegar a um entendimento através da negociação. Seu instrumento é o diálogo, o entendimento, a abertura. Até mesmo no campo religioso, esse entendimento ganha hoje nova dimensão com o movimento ecumênico. A intolerância passa a ser substituída pela compreensão. Notável exemplo desse novo comportamento foi o *Te Deum* ecumênico celebrado na posse do Presidente do Chile, que marcou o fim da ditadura naquele país. Na porta da Catedral estavam presentes um bispo católico, um rabino judeu, um pastor protestante, um sacerdote muçulmano e um religioso oriental. De mãos dadas, numa oração em comum, depois de dar graças pelo retorno do país à democracia, assumiam o compromisso de trabalhar, dentro de suas comunidades, pelo fortalecimento do valor comum a todas as religiões: a fraternidade. Se somos filhos de Deus, somos irmãos.

Esse novo comportamento cultural – pluralista, solidário, fraterno –, superando as atitudes de violência ou indiferença, é o melhor caminho da educação para a paz.

"Liberdade, igualdade, fraternidade" foi a mensagem da Revolução Francesa. Mas a história vem mostrando que a *liberdade*, sem limitações éticas, inspiradora do liberalismo econômico, leva à exploração do fraco pelo forte. E, assim, sacrifica a igualdade. De outra parte, a *igualdade* imposta pela força, como pretendem os regimes totalitários, leva à destruição da liberdade. Só a *fraternidade*, com respeito à dignidade de todos os homens, é capaz de conciliar as aspirações humanas de liberdade e igualdade.

7. Conclusão

Dentro dessa perspectiva democrática, pluralista, participativa e social, abrem-se os caminhos a serem percorridos pelos países da América Latina, no seu esforço de superação do atraso e da miséria, que atingem amplos setores de sua população. Esse é o caminho da promoção de seu desenvolvimento sustentável e de sua inserção competitiva na economia mundial.

É importante repetir que para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso. O sonho da Pátria Grande de Bolívar é hoje o de

milhões de latino-americanos. Por isso, é oportuno lembrar as palavras de um grande líder de nosso continente, D. Helder Câmara:

“Quando sonhamos sozinhos, é só um sonho, mas, quando sonhamos juntos, é o começo de uma nova realidade”.

Essa nova realidade não será uma dádiva dos poderosos, mas a conquista dos que souberem lutar pela justiça e pela liberdade.